

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 6, Número 1, Maio de 2017

Os Sinais de Desconsolidação

Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk

**Os Diferentes Adversários
da Democracia Liberal**

Takis S. Pappas

**“Populismo de Tradição” e a
Frente Nacional da França**

Dominique Reynié

**Transição na China?
Mais Provável do que Você Imagina**

Minxin Pei

**Os Quatro Fundamentos da
Competição Política no Brasil**

Jairo Nicolau

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN



CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj

Sergio Fausto

Diego Abente Brun

Mirian Kornblith

CONSELHO ASSESSOR

Fernando Henrique Cardoso

Larry Diamond

Marc F. Plattner

Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho

Apresentação

O artigo que abre este número, “Sinais de Desconsolidação”, ganhou fama antes mesmo de ser publicado, graças a uma matéria sobre ele feita pelo New York Times em 29 de novembro de 2016, com o título “How Stable are Democracies? Warning Signs are Flashing Red” (Quão Estáveis são as Democracias? Alertas Vermelhos estão Piscando, em tradução livre).

No artigo, Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk assinalam o aumento da preferência por “líderes fortes que não dependam do Congresso e do Judiciário” em vários países com democracias consolidadas. Baseiam-se em dados do World Values Survey e de outros levantamentos de opinião pública. A perda de apoio à democracia se verifica ao longo dos últimos anos e se dá principalmente entre os mais jovens, apontam os autores. Entre os chamados “millennials”, nascidos depois de 1980, a preferência pela democracia cai à metade, quando comparada com a dos nascidos antes da Segunda Guerra Mundial. Diante disso, os autores se perguntam se não poderia estar ocorrendo um processo de “desconsolidação” de democracias ali mesmo onde elas nasceram e se enraizaram, ou seja, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental.

Para Foa e Monk a perda de apoio à democracia na sociedade pode ser o início de um processo que desembocará na desconstrução das instituições democráticas. É o que teria acontecido, argumentam, em países como Venezuela, Polônia e Hungria, que nos anos recentes, em maior ou menor grau, fizeram o percurso inverso da consolidação democrática, retornando a situações parcial ou quase inteiramente autoritárias. Pesquisas de opinião mostram que a perda de apoio social à democracia nesses países antecedeu a ascensão de partidos e movimentos que, uma vez chegando ao poder pela via eleitoral, passaram a concentrar o poder no Executivo, manietar a independência do Legis-

lativo, controlar o Judiciário, a imprensa e a sociedade civil. Poderá o mesmo acontecer nos Estados Unidos e na Europa Ocidental? Esta é a questão crítica que o primeiro artigo deste número coloca.

O segundo artigo segue a mesma trilha e analisa os partidos e movimentos políticos ditos “populistas” em ascensão na Europa. O autor, Takis S. Pappas, argumenta ser possível, na verdade necessário, diferenciá-los de acordo com o tipo de ameaça que cada qual representa para os pilares do projeto europeu posterior à Segunda Guerra Mundial: democracia parlamentar e pluralismo político; integração europeia sem exclusão de religiões, raças e etnias; e expansão dos direitos humanos. Seriam três os tipos de adversários desse projeto.

Primeiro, os partidos e movimentos propriamente antidemocráticos, de extrema-direita, neonazistas, adeptos da violência física contra seus adversários, ou de extrema-esquerda, como alguns pequenos partidos do Leste Europeu, saudosos do período comunista. Segundo, os partidos e movimentos nativistas, cujos alvos centrais seriam a integração europeia, vista como inconciliável com a soberania nacional, e a imigração, percebida como incompatível com a conservação de tradições culturais preexistentes. Terceiro, os partidos populistas, sem aspas, que se distinguiriam dos nativistas por atacar frontalmente as elites e as instituições liberais e dos antidemocráticos por acreditar que o poder se legitima pelo voto da maioria. O propósito dessa taxonomia não é meramente acadêmico. Pappas sustenta que sua classificação contribui para melhor enfrentar os adversários do projeto europeu, tal como ele o define. Na sua visão, para cada doença, o seu remédio. Entre as “doenças”, a seu ver a mais perigosa seriam os movimentos e partidos populistas porque “têm uma característica contagiosa”, levando outros partidos e movimentos políticos a adotarem linguagens, estratégias e, uma vez no governo, políticas populistas.

O terceiro artigo é um estudo de caso sobre o mais relevante partido anti-europeu do velho continente, no qual o Professor da Sciences

Po, Dominique Reynié analisa a transformação do Front Nationale de ultradireita, partido abertamente antidemocrático e protofascista, de Jean-Marie Le Pen, no FN nativista-populista, de Marine Le Pen, filha do fundador. Reynié mostra que a transformação do partido passou pela incorporação de bandeiras da esquerda republicana francesa e do abandono das referências saudosistas à República de Vichy, governo-fantoches da França durante a ocupação nazista. Com Marine Le Pen à frente, a partir de 2011, o partido abraçou não apenas a defesa do Estado do Bem-Estar Social, contra a globalização, mas também o laicismo, contra a imigração de origem muçulmana. A adesão a essas bandeiras se deu, porém, em chave xenófoba (Estado do Bem-Estar só para os franceses) e antieuropeia, apelando à grandeza imemorial da França. Esse “populismo da tradição” teria aberto o caminho eleitoral para que a FN possa vir a ser um partido de governo na França. Ainda que seja improvável a eleição de Marine Le Pen à presidência (escrevemos esta apresentação logo após o primeiro turno das eleições francesas), não resta dúvida de que a FN rompeu as fronteiras de um partido extremista, redefiniu as linhas divisórias (programáticas e eleitorais) entre esquerda e direita e passou a ocupar um lugar central na cena política francesa.

Maxim Pei, cientista político nascido na China e radicado nos Estados Unidos, é o autor do quarto artigo deste número, intitulado, provocativamente, “Transição na China? Mais provável do que você imagina”. Já de início o autor reconhece o destino funesto de todas as previsões feitas nas últimas décadas a respeito do fim do controle absoluto do Partido Comunista sobre o sistema político chinês. Todas elas foram desmentidas. Por que seria diferente desta vez?

De olho no médio prazo, Pei se apoia em um dos clássicos contemporâneos da ciência política, Samuel Huntington, que escreveu livros fundamentais como *Political Order in Changing Societies* (Yale University Press, 1968) e *Democracy's Third Wave* (University of Oklahoma Press, 1992), este último sobre a onda democrática que pôs

fim a regimes autoritários nas décadas de 1970/80/90 no Sul e Leste da Europa, no Leste da Ásia e na América Latina.

Pei se vale de duas teses de Huntington para fazer previsões sobre o futuro do PCC: transições democráticas são mais frequentes quando os países atingem um nível intermediário de renda per capita (nos mais pobres, a democracia é infactível e nos mais ricos, consolidada); o fim de regimes autoritários é antecedido pelo seu declínio. A China de fato está hoje nessa “zona de transição”, rumo a se tornar um país de renda média alta. Onde estariam, porém, os sinais de declínio do regime chinês? Pei os vê, paradoxalmente, na extrema centralização do poder observada desde que Xi Jinping assumiu a presidência (e também nos cargos de comandante e chefe das Forças Armadas e Secretário Geral do partido). Desde Mao Tse Tung, um líder chinês não acumulava tanto poder.

Para o cientista político chinês, em lugar de solucionar o déficit de legitimidade do regime, até aqui suprimido por taxas médias de crescimento ao redor de 10% aa, já não mais possíveis, a concentração extrema de poder em Ji Xin Ping tende a criar uma crise de legitimidade. Por debaixo da aparente solidez, haveria fissuras no bloco de poder representado pelo PCC. A campanha anticorrupção conduzida pelo líder máximo levou à desgraça política, à prisão de muitos dirigentes comunistas e à redução de vantagens e privilégios dentro do partido. Além disso, a substituição de uma liderança colegiada pela liderança de um só homem exporia o processo decisório a mais instabilidade e ao risco de erros catastróficos.

Pei admite que a China está longe dos estágios finais do declínio de um regime, quando as divisões internas se explicitam e as deserções se ampliam. No entanto, o regime teria perdido a capacidade de se reformar a si mesmo e estaria, se não condenado, certamente ameaçado de sofrer uma ruptura no médio prazo.

Escrito pelo cientista político Jairo Nicolau, “Os Quatro Fundamentos da Competição Política no Brasil (1994-2014)”, é a contribui-

ção brasileira a este número, prática inaugurada no anterior, com o artigo de Joaquim Falcão sobre o STF. O autor analisa o funcionamento do sistema político-partidário nesse período de vinte anos, marcado pela estabilidade democrática. Busca mostrar que ele se assentou em quatro pilares: consolidação do PT como partido central do sistema, polarização do PT com o PSDB nas eleições para a presidência, fragmentação partidária e doações privadas para o financiamento de campanhas eleitorais. Jairo conclui que os quatro pilares da estabilidade democrática dos últimos vinte anos estão profundamente abalados, o que cria a necessidade de reconstrução do sistema político-partidário no Brasil.

Como editores do *Journal of Democracy* em Português, além de boa leitura, desejamos que essa reconstrução nos leve a uma democracia melhor.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

Transição na China? Mais provável do que você imagina*

Minxin Pei

Minxin Pei é professor de governo do Claremont McKenna College. Seu livro mais recente é China's Crony Capitalism: The Dynamics of Regime Decay [O capitalismo de compadrio da China: a dinâmica do declínio do regime] (2016).

Desde os eventos da Praça da Paz Celestial, em 1989, analistas políticos vêm debatendo se o sistema de partido único da China irá acabar e, caso aconteça, se seria seguido de uma transição democrática. Dado que já se passaram 27 anos e que o Partido Comunista da China (PCC) sobreviveu a todos os desafios impostos a seu governo, a questão parece ter sido pacificada. Por diversas vezes, o PCC provou que seus críticos estavam equivocados. Em vez de seguir o caminho da antiga União Soviética em direção à lata de lixo da história, o PCC conseguiu algo que ninguém achava possível em 1989. Não apenas manteve seu monopólio do poder como também demonstrou uma capacidade impressionante de se adaptar às novas circunstâncias e de neutralizar novas ameaças a seu domínio. Economicamente, o partido entregou um crescimento rápido e sustentado, tornando a China a segunda maior economia do planeta. A enorme riqueza controlada pelo PCC permite que ele fortaleça domesticamente sua legitimidade baseada em desempenho e amplie sua influência no exterior. Politicamente, o

* Publicado originalmente como "Transition in China? More Likely Than You Think", *Journal of Democracy*, Volume 27, Número 4, Outubro de 2016 © 2016 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

partido conseguiu com efeito suprimir a oposição organizada e conter a ameaça imposta pela revolução da informação. De fato, o controle do poder pelo PCC parece tão inabalável que colocar em dúvida sua viabilidade no futuro pode parecer absurdo.

Apesar da aparente impenetrabilidade, começam a aparecer pequenas rachaduras na base do regime. Após três décadas de taxa de crescimento de dois dígitos, a economia chinesa vem perdendo força. Anos de superinvestimento movido a crédito sobrecarregaram a economia chinesa com enorme excesso de capacidade e um nível insustentável de endividamento (a dívida total atingiu cerca de 250% do PIB). Politicamente, muito embora a desaceleração econômica da China ainda não tenha desencadeado um mal-estar social generalizado, a harmonia entre a elite governante foi abalada. A campanha anticorrupção lançada pelo líder do PCC Xi Jinping, que chegou ao poder em 2012, custou a cabeça de altos funcionários do partido, generais e suas famílias, pondo fim à sensação de segurança de que dispunha a elite governante do país na era pós-Praça da Paz Celestial. Além disso, as medidas de austeridade impostas a todos os níveis do partido-Estado alienaram os membros do regime. A perda de regalias e privilégios, que encaravam como um direito adquirido, quase destruiu sua motivação para se dedicar integralmente ao partido.

Além disso, uma revolução política promovida por Xi substituiu o sistema pós-Mao, em que o poder era compartilhado por vários membros da cúpula do partido, pela dominância de uma só figura forte. Aqueles que acreditam que a conclusão da reforma econômica inacabada da China exige uma concentração de poder podem receber com agrado essa mudança. Mas outros poderiam apontar que o processo de tomada de decisão em sistemas de partido único dominados por uma só pessoa tende a ser menos estável e mais suscetível a erros catastróficos. Esse foi o caso do governo de Mao Zedong (1949-76).

Esses acontecimentos geraram uma nova onda de discussão sobre o futuro da China.¹ É preciso cautela ao tentar prever o destino do PCC, uma vez que o futuro é inerentemente imprevisível. Mesmo assim, ao tentarmos estimar a probabilidade de uma mudança de regime na China num futuro não muito distante (talvez antes de 2030), podemos nos beneficiar das lições históricas e da sabedoria acumulada que a literatura acadêmica sobre transições de governos autoritários nos oferece.

A “zona de transição”

Muitos acadêmicos já exploraram a probabilidade de uma mudança de regime na China, embora algumas análises não diferenciem entre uma transição *de um regime autoritário* e uma transição *para um regime democrático*.² Essa é uma distinção enfatizada por Guillermo O’Donnell e Philippe Schmitter em seu estudo pioneiro sobre mudanças de regime.³ A queda de um regime autoritário nem sempre resulta na constituição imediata de um regime democrático. Na verdade, diferentes tipos de regimes podem ocupar o vácuo criado pelo período de transição. Com essa distinção em mente, consideremos tanto quais fatores poderiam contribuir para o fim do comando do PCC na China como também quais os possíveis caminhos que poderiam conduzir a uma transição democrática.

Podemos começar a responder a essas questões aplicando o conceito de “zona de transição”. Samuel P. Huntington, em seu livro seminal *A terceira onda*, observa uma fase específica do desenvolvimento econômico durante a qual a democratização tem mais chances de ocorrer:

A correlação entre riqueza e democracia implica que transições democráticas devem ocorrer sobretudo em nações que se situam no estrato médio do desenvolvimento econômico. Em países pobres, a democratização é improvável; em países ricos, ela já ocorreu.

*Entre eles, há uma zona de transição política; países nesse estrato econômico específico têm mais chances de passar por uma transição democrática e a maioria dos países que se democratizam estará nesse estrato.*⁴

A partir de um ângulo diferente, a análise de Adam Przeworski e Fernando Limongi sobre as ameaças aos regimes sugere que os regimes autoritários de nível médio de renda estão mais propensos a cair, corroborando a ideia de uma zona de transição. Na verdade, Przeworski e Limongi questionam a relação direta entre desenvolvimento econômico e o *surgimento* (em oposição à *sobrevivência*) da democracia. Ainda assim, como um regime autoritário precisa ruir para ser substituído pela democracia, eles observam a importância de se estudar as fraquezas do autoritarismo. Com base em dados históricos, autocracias de renda média estão mais propensas a entrar em colapso do que aquelas nos demais níveis de renda.⁵

Tabela: Renda per capita no ano de transição do autoritarismo

País	Ano da transição*	Renda per capita†	País	Ano da transição*	Renda per capita†
República Checa	1990	22.118	Portugal	1974	9.643
Rússia	1991	18.128	Polônia	1989	9.124
Eslováquia	1990	17.096	Coreia do Sul	1987	9.001
Eslovênia	1991	16.799	África do Sul	1990	8.366
Taiwan	1986	14.686	Turquia	1983	8.161
Espanha	1975	13.132	Sérvia	1991	7.152
Hungria	1989	12.894	Chile	1988	7.133
China	—	12.472	Romênia	1989	7.094
Grécia	1975	12.365	Tailândia	1992	5.997
Bulgária	1989	11.995	Brasil	1985	5.546
Croácia	1991	11.275	Argentina	1983	4.737
México	1994	10.892	Indonésia	1998	4.314
Tunísia	2011	10.176	Bósnia	1991	1.288
Egito	2011	9.892	Mediana (excl. China)		9.768

Fonte: Dados de renda são da *Penn World Table*, disponível em <www.rug.nl/ggdc/productivity/pwt>. Os dados da China são do Banco Mundial de 2014.

*Ano da transição determinado pelo autor de acordo com relatos históricos e acadêmicos; para casos acontecidos via reforma, a transição é datada de acordo com a ascensão de um reformista ou um evento importante que marca o início da transição.

†Esse valor reflete o PIB real per capita pelo lado do consumo (encadeado, em dólares PPP de 2011), uma comparação mais precisa do padrão de vida entre diferentes países e ao longo do tempo.

De acordo com o Banco Mundial, a renda per capita da China em 2014, de US\$ 12.472 PPP (dólares internacionais de 2011), posicionava o país no quintil de renda média, na 14ª posição entre 37 países.⁶ Desses 37, em 2014 a Freedom House classificava 25 como “livres”, doze como “parcialmente livres” e cinco como “não livres”.⁷ Desde meados da década de 1970, no entanto, dezoito países nesse quintil de renda média deixaram o grupo dos “não livres”: no final de 2014, dez deles haviam se tornado “livres” e oito haviam se tornado “parcialmente livres”. Esse registro histórico confirma a hipótese de Huntington de uma zona de transição de renda média.

As perspectivas desanimadoras para autocracias de renda média-alta como a China também podem ser vistas em dois outros conjuntos de dados: a renda per capita no ano de mudança de regime (ver Tabela) e a quase completa ausência de países que não são “petro-Estados” entre as autocracias ricas.⁸ Para avaliarmos o quanto a China se moveu em direção à zona de transição, podemos comparar sua renda per capita com um grupo de países que passaram por transições políticas e que têm em comum com a China importantes características institucionais (comunista, pós-totalitário), socioeconômicas (renda média) e regionais (Leste Asiático). Como mostra a Tabela, a renda per capita da China em 2014 é aproximadamente 30% maior do que a mediana (US\$ 9.768) desse grupo de comparação. Em outras palavras, a China alcançou a região superior da zona de transição.

E se o PCC for capaz, contrariando todas as expectativas, de sair da zona de transição mantendo um sistema de partido único? Poucas autocracias não petrolíferas mais ricas do que a China se mostraram

capazes de manter um governo autocrático. Das catorze autocracias plenas e quatro semiautocracias (conforme classificação do *Polity IV*) com renda per capita maior do que o da China em 2014, apenas três não são “petro-Estados”: Singapura, Bielorrússia e Tailândia.⁹ Por que isso? Há duas explicações: 1) a maioria das autocracias não petrolíferas é removida do poder enquanto ainda está no estágio de renda média, como prevê a teoria da zona de transição; 2) os que não são Estados petrolíferos tornam-se vítimas da temida “armadilha da renda média”. Esse é um fenômeno comum em países em desenvolvimento, quando a economia fica estagnada — devido a uma combinação de fatores, incluindo instituições fracas, alta desigualdade de renda e uma perda de vantagem comparativa — após o país atingir o status de renda média.¹⁰ Por serem tão predatórias, as autocracias tornam-se especialmente vulneráveis em relação à armadilha da renda média.

Um relatório de 2013 do Banco Mundial conclui que, entre 1960 e 2008, apenas treze países passaram do status de renda média para renda alta. Desses, quatro são democracias consolidadas — Irlanda, Japão, Israel e Maurício; três possuem Estado de direito — Hong Kong, uma antiga colônia britânica, Porto Rico, um território e “estado livre associado” dos Estados Unidos, e Singapura, uma semiautocracia; e cinco fizeram a transição de autocracia para democracia antes de atingir status de alta renda — Espanha, Portugal, Grécia, Coreia do Sul e Taiwan. A única autocracia plena a escapar da armadilha da renda média foi a Guiné Equatorial, um “petro-Estado”.¹¹ O que tudo isso significa para a China? Os dados históricos sobre desenvolvimento e transição implicam que a China deve passar por uma mudança de regime no nível de renda médio-alto ou, caso escape dessa transição, pode ficar presa na armadilha da renda média.

Os dois estágios do declínio autoritário

Na maioria dos casos, a queda de regime autocráticos acontece em dois estágios — um longo período de declínio seguido de um rápido

colapso. O colapso dos regimes comunistas na antiga União Soviética e Leste Europeu exemplifica esse processo de dois estágios.¹² Embora o último estágio tenha recebido bastante atenção por parte da academia, as diferentes causas e dinâmicas do período de declínio permanecem insuficientemente exploradas.

Os quatro principais sintomas do declínio em um regime autocrático são: 1) a atrofia de sua ideologia; 2) a erosão de seu desempenho [particularmente em termos de desenvolvimento econômico]; 3) corrupção oficial endêmica; e 4) uma intensificação da disputa pelo poder e o aumento do conflito entre as elites a respeito de sua estratégia de sobrevivência. Esses sintomas não aparecem necessariamente ao mesmo tempo. Quando todos eles se tornam visíveis, o declínio geralmente já atingiu um estágio avançado. Embora acadêmicos não tenham conseguido estabelecer uma relação entre a mortalidade de um regime autoritário e seu declínio, podemos conjecturar uma relação positiva: quanto mais tempo uma autocracia tiver permanecido no poder, mais avançado será seu estágio de declínio. Comparados com juntas militares e ditadores personalistas, regimes de partido único possuem instituições mais sofisticadas e uma maior capacidade de se manter no poder — como evidenciado por sua permanência muito mais longa.¹³ Ainda assim, esses regimes não são imortais. A história mostra que a autocracia de partido único mais perene até hoje, a URSS, durou apenas 74 anos. Se o PCC conseguir permanecer no poder até 2030, terá sobrevivido por 81 anos, um feito sem precedentes para uma autocracia moderna.

Se procurarmos pelos sintomas de declínio do regime na China contemporânea, encontraremos a maioria deles — a morte da ideologia oficial, uma desaceleração econômica que vem minando a legitimidade baseada em desempenho do PCC, a corrupção oficial generalizada e o colapso da harmonia entre a elite. Embora seja impossível saber por quanto tempo um regime em declínio irá sobreviver antes de sucumbir, as dinâmicas do declínio do regime e seu impacto político não são difíceis de se compreender.

O processo de declínio não é linear — uma autocracia não decai a uma taxa constante ao longo do tempo. Em vez disso, o declínio do regime possui uma dinâmica que se retroalimenta e tende a se acelerar rapidamente em seu último estágio. Além disso, o declínio do regime produz diferentes efeitos políticos entre a elite e entre a população; entre a elite, ele encoraja a deserção do regime, destrói o moral de seus membros e intensifica as disputas pelo poder e pelas políticas. Na população, o declínio progressivo gradualmente produz uma desilusão generalizada a respeito da capacidade do regime de reviver seus tempos áureos, ao mesmo tempo em que oferece esperança a forças de oposição. No caso chinês, o declínio do regime não alcançou seu estágio terminal, já que ainda não é possível observar deserção em larga escala das elites políticas ou a intensificação do conflito entre as elites. A desilusão popular pode estar se aproximando sorrateiramente, mas a maioria dos chineses da classe média ainda parece confiar na capacidade do PCC de continuar melhorando seu padrão de vida.

Embora o declínio do regime seja o resultado sobretudo de fatores estruturais e institucionais, o colapso do regime é quase sempre o produto de uma mudança psicológica repentina após uma série de choques imprevistos, como um protesto em massa que evolui para uma revolução nacional (Tunísia em 2010), uma incursão militar estrangeira que deu errado (Argentina em 1982), uma tentativa malsucedida de fraudar eleições (Filipinas em 1986) ou um colapso econômico (Indonésia em 1998). Embora seja impossível prever o colapso de regimes, é muito mais fácil que ele ocorra em autocracias em estágio avançado de declínio do regime do que naquelas em melhor forma. De fato, todos os casos de colapso repentino do autoritarismo nas últimas décadas ocorreram em autocracias cujo declínio estava em estágio terminal.

Três caminhos para a transição

Em *A terceira onda*, Huntington identifica três alternativas de transição democrática: transformação, substituição e uma forma híbrida

(“transituição”). Dito de outra forma, esses três caminhos podem ser chamados de reforma, revolução e “reforlução”¹⁴ — uma mistura de reforma e revolução. Qual desses três será seguido depende do equilíbrio relativo de poder entre a elite governante e a oposição. Quando a elite governante (reformista) é mais forte do que a oposição ao longo do processo de transição, a reforma irá prevalecer. Se a oposição for mais forte do que a elite governante, a revolução é mais provável. Quando a elite governante (reformista) é inicialmente mais forte do que a oposição, mas se torna mais fraca ao longo do processo de reforma, o resultado mais provável é a “reforlução”.¹⁵

Reforma. A transição via reforma pode parecer o caminho mais desejável para a democracia, na medida em que promete maior estabilidade e paz. Porém, é a menos provável de ocorrer, uma vez que governantes autocráticos fortes o bastante para coordenar uma transição baseada em reforma geralmente sentem-se fortes o bastante para permanecer no poder e, portanto, possuem baixo incentivo para conduzir a reforma. Consequentemente, eles geralmente perdem a janela de oportunidade para um “pouso suave” e, quando as circunstâncias se tornam menos favoráveis, já não dispõem do capital político nem da credibilidade para liderar um processo de reforma.

Em *A terceira onda*, Huntington identifica dezesseis casos de transformação (transição via reforma) entre 1974 e 1990.¹⁶ Mas em seis deles — URSS, Hungria, Bulgária, Índia, Paquistão (em 1988, após a morte do presidente Zia ul-Haq em um acidente aéreo) e Sudão (em 1977, após a libertação da maioria dos prisioneiros políticos) — há dúvidas sobre serem casos robustos de transição via reforma. A URSS, a Hungria e a Bulgária deveriam na verdade ser classificadas como casos de “transituição” (“reforlução”). A transição democrática da Índia em 1977 deveu-se ao processo democrático do país, não à reforma empreendida pela primeira-ministra Indira Gandhi.

Dos casos classificados como “transformações” por Huntington, os mais robustos são o de Taiwan (1986), México (1994), Espanha

(1975) e Brasil (1985). Cada um deles oferece aprendizados importantes sobre o processo de reforma e a perspectiva de que algo similar esteja acontecendo na China. O *insight* mais importante é que uma reforma possui maiores chances de sucesso se ocorrer antes de o antigo regime atingir seu estágio terminal. Diversas variáveis influenciaram o momento do início da reforma nesses quatro casos, mas a ascensão de reformistas durante o processo de sucessão desempenhou um papel importante em todos eles.¹⁷ Felizmente, quando os reformistas assumiram o poder e começaram a transformar seus regimes, o antigo regime ainda não se encontrava num estado de declínio tal que as elites governantes haviam perdido totalmente sua credibilidade, nem boa parte da oposição e da população havia se radicalizado. Além disso, os reformistas sinalizaram seu compromisso com a mudança ao implementar reformas importantes logo que assumiram o poder, mantendo, portanto, sua credibilidade intacta, bem como mantendo viva a esperança do povo por um futuro mais livre.

A natureza do regime autocrático também foi importante em Taiwan, México, Espanha e Brasil. Fundamentalmente, todos os quatro países foram governados por variantes de autoritarismo, não por regimes totalitários ou pós-totalitários. Como observou Juan Linz, as diferenças institucionais entre autoritarismo e totalitarismo são fundamentais.¹⁸ Regimes totalitários não permitem que haja oposição organizada nem canais oficiais de contestação (tais como eleições semi-competitivas); mantêm um controle muito maior sobre a economia; apelam constantemente para repressão violenta; efetivamente dominam todas as principais forças sociais; e possuem controle total sobre as instituições do Estado.

O fato de que nenhum desses quatro países tenha sido governado por um regime totalitário ou pós-totalitário foi um fator-chave para suas transições bem-sucedidas via reforma. Era permitida a realização de eleições semicompetitivas em todos esses países antes do início da transição e, no Brasil e no México, os partidos de oposição haviam até

mesmo estado no comando de governos locais importantes. A importância da existência de um mecanismo de competição política, por mais restrito que seja, não deve ser subestimada. Com esse mecanismo em funcionamento, a reforma se transforma, essencialmente, num processo de aumento do grau de contestação e de experimentação de novas regras do jogo político entre a elite governante e a oposição. Em comparação, o estabelecimento de eleições por regimes totalitários significa mudar completamente o jogo político com uma só canetada. No primeiro caso, a mudança é uma questão de grau; no segundo, a democratização precisa introduzir uma mudança que é uma diferença de natureza. Consequentemente, a reforma possui mais chances de ser bem-sucedida sob um regime autoritário do que sob um regime totalitário.¹⁹

Regimes autoritários também gozam de uma significativa vantagem em termos de transição via reforma ao manterem uma distinção entre Estado e regime. Em regimes totalitários clássicos, tal distinção não existe. Comparados com regimes totalitários, os regimes autoritários permitem maior independência do judiciário, da burocracia e do exército. Também exercem muito menos controle direto sobre a economia. Portanto, o fim do regime autoritário não ameaça direta e imediatamente a sobrevivência e a operação do Estado. Como o Estado não está completamente impregnado, subjugado e controlado pelo partido governante, as elites políticas podem se afastar gradualmente do poder e de instituições específicas sem que isso cause uma ruptura sistêmica no Estado.

Em contrapartida, o afastamento do Estado pelo partido totalitário (ou partido pós-totalitário, como é o caso do PCC) é uma operação muito mais difícil de ser levada a cabo. Como o partido controla todas as posições-chave na burocracia, exército, judiciário e empresas estatais, o afastamento desses setores resultaria inevitavelmente na demissão de seus apoiadores de longa data (sem as exonerações desses cargos, o afastamento não faria sentido) e na imediata deterioração da capacidade administrativa do Estado. Por fim, a relativa independên-

cia e a robustez de importantes instituições sociais, como a Igreja, grupos empresariais, organizações de classe e sindicatos de trabalhadores, afetam a viabilidade de uma transição via reforma. Embora os regimes totalitários e (em menor grau) pós-totalitários sistematicamente neutralizem ou oprimam tais instituições, regimes autoritários não possuem nem a capacidade política nem o interesse em exterminá-las. A mera existência dessas forças sociais facilita transições de regime de várias e importantes maneiras: frequentemente, são essas instituições, mais do que quaisquer outras, que pressionam os regimes autoritários a se reformar; os líderes dessas instituições podem ser personalidades públicas com autoridade moral capazes de negociar com o antigo regime durante o período de transição; e, durante a fase mais volátil de uma transição, essas instituições podem ajudar a manter a ordem e aumentar as chances de sobrevivência do novo regime democrático.

Se aplicarmos à China os aprendizados desses casos históricos, a probabilidade de uma futura transição via o caminho da reforma parece pequena. Nenhum dos fatores favoráveis que permitiram a regimes autoritários realizar transições democráticas pacíficas, negociadas e via reforma existe na China contemporânea. O processo sucessório mais recente na China colocou no poder Xi Jinping, um linha-dura determinado a defender o *status quo* a todo custo. Em vez de sinalizar seu compromisso com uma reforma democrática, Xi declarou de maneira inequívoca que buscará perpetuar o governo autocrático do PCC e lançou a mais ampla repressão à oposição e às liberdades civis da era pós-Mao. Salvo uma inversão de rota dramática e inesperada, a janela de oportunidade para uma reforma política sob Xi já parece estar se fechando. Essa avaliação implica que uma nova janela de oportunidade não se apresentará pelo menos até a próxima sucessão de liderança em 2022 (admitindo que Xi respeitará o limite de dois mandatos do PCC). Até lá, o declínio do regime pode ter atingido um estágio tão avançado que uma tentativa de reforma poderia desencadear uma revolução.

Mesmo se desconsiderarmos o fator da sucessão, a natureza do regime do PCC — um Estado pós-totalitário de partido único — pode tornar irrelevante a maioria das lições aprendidas sobre transições em regimes autoritários. Diferentemente de Brasil, México, Espanha ou Taiwan, a China contemporânea não possui uma competição eleitoral relevante que possa facilitar uma abertura política gradual. Não existem grupos organizados de oposição. Além disso, não há uma distinção entre regime e Estado no partido-Estado. Consequentemente, mesmo reformas incrementais poderiam rapidamente desencadear o fim do regime, uma vez que o partido entenderia que a perda de controle sobre a máquina do Estado minaria seu poder e autoridade de maneira drástica e instantânea.

A ausência de instituições e forças sociais independentes e robustas na China também significa que o PCC não terá na sociedade ou entre grupos de oposição interlocutores com quem negociar. Sob tais circunstâncias, como mostra o caso da URSS no final dos anos 1980, a descompressão política provavelmente facilitaria a ascensão de um populismo e radicalismo antirregime. Resumindo, uma transição via reforma bem-sucedida na China é um evento de baixa probabilidade. Esse prognóstico pessimista é apoiado pelo registro histórico: até então, nenhum regime totalitário ou pós-totalitário conseguiu se democratizar por meio de reforma.

Revolução. Se as perspectivas de reforma não parecem boas, o que dizer de uma revolução? A transição de um regime autoritário via revolução começa com a deposição de um regime autocrático, de maneira pacífica ou violenta, e termina com sua substituição por um novo regime, por vezes democrático. Huntington considera apenas seis transições de regime entre 1974 e 1990 como “substituição”.²⁰ Desde 1990, a deposição de velhos regimes por via revolucionária ocorreu nove vezes: na Indonésia em 1998, na Sérvia em 2000, na Geórgia em 2003, na Ucrânia em 2004 e 2014, no Quirguistão em 2005 e na Tunísia, Líbia e Egito em 2011.

As circunstâncias específicas desses quinze episódios foram muito diferentes: contratempos militares derrubaram regimes na Grécia, Portugal e Argentina; eleições com suspeitas de irregularidade levaram a protestos em massa e revoluções nas Filipinas, Sérvia, Geórgia, Ucrânia (2004) e Quirguistão; choques políticos externos (seja na forma de levantes democráticos em países vizinhos ou o fim da ajuda de um apoiador externo) inspiraram grandes revoltas que derrubaram velhos regimes na Alemanha Oriental, Romênia, Líbia e Egito; levantes de massas desencadeados por um incidente doméstico isolado puseram fim a ditaduras na Tunísia e Ucrânia (2014); e a crise econômica foi responsável pela queda do regime de Suharto na Indonésia. Em todos esses casos, exceto pelo Egito e a Líbia, as revoluções foram seguidas do estabelecimento de democracias.

Podemos tirar várias conclusões desses episódios. Primeiro, a maioria das transições via revolução foram desencadeadas por três tipos de crise: derrota militar, eleições suspeitas ou choques políticos regionais. O colapso econômico e os levantes de massas inspirados por incidentes domésticos foram exceções, e não a regra, na derrubada revolucionária de autocracias. Segundo, ditaduras personalistas têm mais chances de serem derrubadas do que outros tipos de autocracias. Dos quinze episódios de queda de regime por meios revolucionários, ditadores personalistas caíram em onze deles (Portugal, Filipinas, Romênia, Indonésia, Sérvia, Geórgia, Quirguistão, Tunísia, Líbia, Egito e a Ucrânia em 2014). Como o processo de duas etapas do fim do autoritarismo revelaria, os velhos regimes nesses países haviam passado por um período prolongado de estagnação econômica, decadência do regime (corrupção das elites governantes), declínio da saúde do ditador ou alguma outra combinação desses fatores.

Por fim, o destino do antigo regime havia sido traçado em todos esses casos quando os militares de recusaram a intervir para manter no poder as elites governantes desacreditadas: na Argentina e na Grécia, a derrota militar destruiu a credibilidade das juntas militares; em

Portugal, os militares lideraram um golpe para derrubar uma ditadura personalista; na Romênia e na Líbia, os militares se voltaram contra forças de segurança leais aos antigos governantes; e, em todo o resto, os militares se recusaram a salvar a ditadura que entrava em colapso.

Todas essas observações possuem implicações profundas para o modo como pensamos sobre a China e sobre a probabilidade de uma transição via revolução no país. Aqui, focarei em três das principais implicações: os possíveis gatilhos da revolução, a natureza do antigo regime e o papel dos militares durante uma crise. Como observado acima, os três gatilhos mais frequentes de revoluções foram a derrota militar, eleições suspeitas e choques políticos externos. Desses, a China estaria vulnerável apenas ao primeiro, uma vez que o país não realiza eleições nacionais significativas e seu status de grande potência torna-o imune a choques políticos externos. Se a alegação de Pequim de soberania sobre Taiwan ou suas disputas marítimas com o Japão, as Filipinas e o Vietnã levassem a um conflito militar com os Estados Unidos, e a China perdesse tal disputa, os dias do PCC estariam contados. A probabilidade de tal evento é baixa, no entanto, porque o limiar para um conflito entre duas potências nucleares é extremamente alto. Uma forma muito mais provável de conflito seria uma reedição da Guerra Fria. Os custos de tal conflito estratégico entre a China e os Estados Unidos, entretanto, incluindo a inevitável diminuição dos laços comerciais entre os dois países, iriam inevitavelmente acelerar o declínio do PCC.

Um completo colapso econômico também é improvável. Colapsos econômicos dramáticos são o resultado invariável da implosão do sistema financeiro. Como a China possui controles de capital e o Estado controla o sistema bancário, há poucas chances de o sistema financeiro chinês entrar em colapso, ainda que a China sucumba diante da montanha de dívidas e atravessasse um longo período de estagnação econômica.

Resta o protesto em massa espontâneo como um possível gatilho. Isso também é improvável. Protestos espontâneos raramente provocam levantes em todo o país que acabam por derrubar ditaduras, pois há muitos outros fatores em jogo: o local e o momento em que o protesto ocorre, a resposta inicial das autoridades e a lealdade dos militares. Desde os eventos da Praça da Paz Celestial, o Estado chinês investiu enormemente em segurança interna, tornando-se capaz de suprimir rapidamente protestos e de reduzir as chances de que uma manifestação isolada se espalhe por todo o país.

A natureza do antigo regime também merece nossa atenção. Como já observado por diversos acadêmicos, ditaduras personalistas (ou regimes patrimonialistas) são altamente vulneráveis à revolução por causa de sua estreita base de apoio e baixa confiabilidade de seus seguidores.²¹ Por outro lado, ainda está para existir um regime de partido único de origem interna deposto por um levante revolucionário clássico. O regime comunista na Alemanha Oriental foi imposto pela União Soviética. A comunista Romênia, outro regime de partido único externamente instaurado, havia se transformado na ditadura personalista de Nicolae Ceausescu no fim dos anos 1980. A ausência de revoluções bem-sucedidas em regimes de partido único pode sugerir que eles possuem uma capacidade muito maior do que outras autocracias de prevenir, conter e suprimir protestos em massa.

Reforlução. “Reforlução” é uma combinação de reforma e revolução. Tipicamente, esse processo começa com uma reforma pontual iniciada pelo antigo regime, mas termina com sua saída involuntária do poder. Esse fenômeno foi observado pela primeira vez por Alexis de Tocqueville, que notoriamente observou que “o momento mais perigoso para um mau governo é normalmente aquele em que começa a remodelar-se”.²² Esse paradoxo tocquevilleano foi brilhantemente ilustrado quando o programa do líder soviético Mikhail Gorbachev de reforma política de meados dos anos 1980, conhecido como *perestroika*, despertou movimentos

nacionalistas por independência e, por fim, uma revolução democrática no império soviético.

Com base nos exemplos de transição de regime desde meados da década de 1970, a “reforlução” (ou “transstituição”, para fazer uso do termo de Huntington) pode ser dividida em duas categorias. A primeira consiste naquelas transições que começam com reforma e terminam com a remoção das elites governantes por meio de “eleições inaugurais” — pleitos pacíficos e competitivos que são negociados entre a elite do antigo regime e a oposição. A segunda variante também começa com uma reforma pontual originada pelo regime, mas termina com o colapso do antigo regime em vez de com sua saída negociada via eleições. A fase final desse tipo de “reforlução” assemelha-se a uma revolução clássica, com uma importante diferença: o fim do antigo regime se dá com relativamente pouco derramamento de sangue; em vez de sofrer uma derrota pelas mãos de uma oposição armada, o regime essencialmente se desintegra — sua autoridade evapora, e seus principais apoiadores o abandonam.

Pelas contas de Huntington, entre 1974 e 1990 onze transições podiam ser classificadas como “transstituição”.²³ A essa lista poderíamos acrescentar agora Mianmar. Embora o país ainda não possa ser considerado uma democracia plena, os democratas estão atualmente no comando do país após a humilhante e decisiva derrota do regime militar nas primeiras eleições competitivas de Mianmar, realizadas em 2015.

A variável mais crítica em um cenário de “reforlução” é a mudança no balanço do poder entre o antigo regime e a oposição.²⁴ Esse *insight* é crucial ao se considerar os cenários de transição possíveis em regimes sem condições para uma revolução, como regimes totalitários ou pós-totalitários. Por exemplo, levantes de massas não têm chances de sucesso em regimes com um forte aparato repressivo. Se, no entanto, um regime se tornar significativamente mais fraco durante a fase inicial do processo de transição, pode haver uma possibilidade de que possa ser derrubado num estágio posterior.

O enfraquecimento do antigo regime tipicamente começa com o declínio de suas instituições-chave e a deterioração de seu desempenho. Esse processo pode levar a dois resultados: um resultado quase certo é o aumento da oposição ao antigo regime e a erosão de seu apoio popular. Um resultado menos certo é a ascensão de reformistas de dentro do regime. A deterioração do antigo regime poderia enfraquecer os linhas-duras e ajudar os reformistas a emergir e ocupar o alto escalão. Esses reformistas poderiam então realizar mudanças pontuais na esperança de poder reverter a deterioração do regime. Isso poderia soltar as amarras do velho sistema e criar oportunidades iniciais para uma mobilização política de massa. Obviamente, se os linhas-duras conseguirem manter-se no poder a despeito da deterioração do cenário, a reforma não ocorreria e o declínio continuaria.

Se, no entanto, reformistas moderados forem bem-sucedidos em alcançar o poder e promover reformas pontuais, três consequências são certas. Primeiro, o antigo regime se dividirá em três grupos: reformistas moderados no poder, linhas-duras contrários até mesmo a mudanças pontuais, e reformistas radicais demandando mudanças fundamentais. Essa tripla fratura muitas vezes produz um impasse que cria condições altamente favoráveis à destituição do antigo regime (sobretudo porque paralisa seu aparato repressivo). Segundo, até mesmo em um processo estagnado de reforma forças da sociedade ganharão uma liberdade sem precedentes e perderão o medo de repressão. Essa janela de oportunidade permite que elas se mobilizem e adquiram novas capacidades, consequentemente mudando o balanço do poder a seu favor. Terceiro, a erosão da legitimidade do antigo regime continuará em ritmo acelerado.

Regimes pós-totalitários que tentam se reformar precisam suportar o pesado fardo da história — especificamente, a responsabilidade por crimes cometidos por seus antecessores totalitários contra seu próprio povo. Reformas pontuais invariavelmente trazem maior liberdade de imprensa que, por sua vez, dão visibilidade aos crimes cometidos pelo

antigo regime, expondo a “Grande Mentira” na qual se ancorava a legitimidade do regime. Um antigo regime sem nenhuma legitimidade torna-se altamente vulnerável à sua deposição por meios revolucionários. Isso descreve basicamente a dinâmica da “reforlução” que levou ao colapso da URSS.

No caso chinês, a probabilidade de uma “reforlução” aumentará nos próximos dez anos. Até lá a China terá vivido aproximadamente uma década a mais de declínio do regime. Os efeitos da estagnação econômica de longo prazo, das frustrações sociais e da deterioração do desempenho terão se tornado dolorosamente visíveis. Se Xi deixar o cargo ao final de seu segundo mandato, seu sucessor estará sob imensa pressão para tentar reverter o declínio do PCC. Tal especulação, claro, pressupõe o provável fracasso dos esforços de Xi para reviver o PCC por meio de uma mistura de disciplina interna, aumento da repressão, apelo ao nacionalismo e reformas econômicas parciais. Além disso, no início da próxima década, as duas estratégias de sobrevivência do PCC pós-Era Mao — capitalismo de compadrio neautoritário e governo com mão de ferro — terão se mostrado inviáveis. O sucessor de Xi terá, portanto, que encontrar outra maneira de recuperar sua legitimidade.

Será uma suprema ironia da história se o PCC acabar sendo derrubado por uma “reforlução”. Desde os eventos da Praça da Paz Celestial, nenhum pesadelo assombrou mais a liderança do PCC do que o colapso da União Soviética, e nenhum líder político foi mais criticado pelo partido do que Gorbachev. É possível que a determinação do PCC de não ter o mesmo destino que a União Soviética evite a emergência de uma figura ao estilo de Gorbachev, por piores que sejam as circunstâncias. Mas, novamente, os regimes autoritários conduzem reformas muito mais por desespero. Ditaduras verdadeiramente desesperadas podem dispor de muito menos alternativas. Essa dinâmica obrigou o sucessor imediato de Mao a abraçar o capitalismo no final dos anos 1970, e não devemos descartar a possibilidade de que a mesma lógica leve os futuros líderes chineses a fazer uma nova aposta histórica.

Lições de Wall Street

Ao pensarem sobre as perspectivas do governo de partido único na China, analistas podem se beneficiar de dois ditados famosos em Wall Street. O primeiro é que “o desempenho passado não é garantia de retornos futuros”. Embora possamos, mesmo a contragosto, nos impressionar com o desempenho do PCC na era pós-Praça da Paz Celestial, também é preciso lembrar que o conjunto extraordinário de circunstâncias favoráveis que permitiram ao partido prosperar já não existe. A capacidade do PCC de sobreviver aos desafios pós-Praça da Paz Celestial não garante seu futuro sucesso no enfrentamento de novas ameaças sob circunstâncias muito menos promissoras. O segundo ditado diz que “o mercado leva muito mais tempo para reverter do que você imagina; mas, quando o faz, acontece antes do que você espera”. Assim como distorções de mercados duram muito mais tempo do que a maioria das pessoas acha que deveriam, autocracias em declínio são capazes de sobreviver por um longo período de tempo. Ainda assim, tanto as distorções de mercado quanto as autocracias em declínio um dia sucumbem às leis da economia e da política: os mercados se reajustam, e os regimes autocráticos caem.

As evidências vindas da China contemporânea e os aprendizados da história e das ciências sociais sugerem que a possibilidade de uma transição do autoritarismo na China num futuro não muito distante (talvez dentro da próxima década e meia) é muito maior do que muitos pensam. O processo de transição deve ser disruptivo e marcado por um longo período de declínio que poderia terminar em uma “reforlução”. Infelizmente, os principais indutores desse processo serão internos; dado que o Ocidente não possui nenhuma influência política sobre a China, atores externos acabam desempenhando um papel secundário. Nossa melhor preparação para tal cenário, portanto, encontra-se no domínio intelectual. Precisamos começar a pensar o impensável — um exercício que esquecemos de praticar antes da queda da antiga União Soviética e antes da queda de muitas outras autocracias em declínio nas últimas quatro décadas.

Notas

Quero agradecer à Smith Richardson Foundation, à John D. and Catherine T. MacArthur Foundation e à Carnegie Corporation de Nova York por seu apoio financeiro para a pesquisa que resultou nesta publicação.

1. David Shambaugh, *China's Future?* Cambridge, Reino Unido: Polity, 2016; Minxin Pei, “The Twilight of Communist Party Rule in China”. *The American Interest*, v. 11, n. 4, mar.-abr. 2016, pp. 26-35.

2. Henry S. Rowen, “When Will the Chinese People Be Free?”. *Journal of Democracy*, v. 18, n. 3, jul. 2007, pp. 38-52; Yu Liu; Dingding Chen, “Why China Will Democratize”. *Washington Quarterly*, v. 35, n. 1, Winter 2012, pp. 41-63.

3. Guillermo O’Donnell; Philippe C. Schmitter, *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions About Uncertain Democracies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986; Adam Przeworski; Fernando Limongi, “Modernization: Theories and Facts”. *World Politics*, v. 49, n. 2, jan. 1997, pp. 155-83.

4. Samuel P. Huntington, *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1991, p. 60. [Ed. bras.: *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.] Aqui, Huntington foca na alta probabilidade de democratização, que envolve tanto a transição do autoritarismo quanto a transição para a democracia.

5. Przeworski e Limongi, op. cit.

6. Banco Mundial, “GDP Per Capita, PPP (Current International \$)”. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.PP.CD?end=2014&order=wbapi_data_value_2014+wbapi_data_value+wbapi_data_value-last&sort=desc&start=1990&year_high_desc=true>.

7. São eles: África do Sul, Albânia, Armênia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Colômbia, Egito, El Salvador, Fiji, Indonésia, Macedônia, Maldivas, Mongólia, Montenegro, Namíbia, Paraguai, Peru, República Dominicana, Sérvia, Sri Lanka, Tailândia, Tunísia, Turcomenistão e Ucrânia.

8. Ver a tabela “Autocracias e semiautocracias com uma renda per capita maior do que a da China em 2014”.

9. A *Penn World Table* não possui dado para Cuba ou Líbia, ambas classificadas como autocracias no *Polity IV*. De acordo com o Banco Mundial, a renda per capita de Cuba em dólares PPP para 2014 foi de US\$ 20.788 e a da Líbia foi de US\$ 15.604. Se incluirmos Cuba e Líbia, haverá vinte autocracias ou semiautocracias mais ricas do que a China, e dezesseis delas são “petro-Estados”.

10. Daron Acemoglu; James A. Robinson, *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Nova York: Crown, 2012.

11. Banco Mundial, *China 2030: Building a Modern, Harmonious, and Creative Society*. Washington, D.C.: The World Bank, 2013, p. 12.

12. Hans Binnendijk, “Authoritarian Regimes in Transition”. *Washington Quarterly*, v. 10, n. 2, Spring 1987, pp. 151-64; Andrea Kendall-Taylor; Erica Frantz, “How Autocracies Fall”. *Washington Quarterly*, v. 37, n. 1, jan. 2014, pp. 35-47; e Stathis N. Kalyvas, “The Decay and Breakdown of Communist One-Party Systems”. *Annual Review of Political Science*, v. 2, n. 1, 1999, pp. 323–43.

13. Barbara Geddes; Joseph Wright; Erica Frantz, “Autocratic Breakdown and Regime Transitions: A New Data Set”. *Perspectives on Politics*, v. 12, n. 2, jun. 2014, pp. 313-31.

14. Timothy Garton Ash cunhou o termo pela primeira vez em “Revolution: The Springtime of Two Nations”. *New York Review of Books*, 15 jun. 1989.

15. Huntington, op. cit., pp. 109-63.

16. Huntington, op. cit., p. 112.

17. Huntington, op. cit., p. 127.

18. Juan J. Linz, *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner, 2000.

19. Robert A. Dahl, *Polyarchy: Participation and Opposition*. New Haven: Yale University Press, 1973. [Ed. bras.: *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.]

20. São elas: Alemanha Oriental, Filipinas, Portugal, Romênia, Grécia e Argentina. Ver Huntington, op. cit., p. 113.

21. Jack A. Goldstone, “Understanding the Revolutions of 2011: Weakness and Resilience in Middle Eastern Autocracies”. *Foreign Affairs*, v. 90, n. 3, maio-jun. 2011, pp. 8-16.

22. Alexis de Tocqueville, *On Democracy, Revolution, and Society*. Chicago: University of Chicago Press, 1982, p. 230.

23. São elas: Polônia, Tchecoslováquia, Nicarágua, Mongólia, Nepal, Uruguai, Bolívia, Honduras, El Salvador, Coreia e África do Sul. A URSS, que entrou em colapso em 1991, também é um caso de “transição”.

24. Huntington, op. cit., p. 151.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>